

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0146/00	DATA: 16/03/00
INÍCIO: 10h12min	TÉRMINO: 11h49min	DURAÇÃO: 1h37min
PÁGINAS: 25	QUARTOS: 19	
REVISORES: ANNA AUGUSTA, CLÁUDIA LUÍZA, DANIEL		
CONCATENAÇÃO: GILZA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
GEORGE ALLEYNE - Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS.		
SUMÁRIO: Oitiva do Sr. George Alleyne, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS.		
OBSERVAÇÕES		
<p>Transcrição <i>ipsis verbis</i>. A reunião foi suspensa à pág. 10, tornando-se ordinária a partir de sua reabertura. Há oradores não identificados. Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há expressões ininteligíveis. Anderson Donizete de Lima (?) - pág. 13 e outras. Jairo Amódio Estorílio (?) - pág. 13 e outras. Neoquímica(?) - pág. 14 e outras. Lupelfarma (?) - pág. 14. Hormoterápica (?) - pág. 16 e 18. Balcifar (?) - pág. 14 e 18. Nucleofarma (?) - pág. 18. Doris de las Mercedes Cerda Cárceres (?) - pág. 15. Marcos Alfredo Gunha (?) - pág. 15. Peruco Goto (?) - pág. 15. Margarida Lenze (?) - pág. 16. Janete Argenton (?) - pág. 16. Jussara Serrato (?) - pág. 16. Não foi possível checar a grafia correta dos nomes acima citados.</p>		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da 37ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópia das atas da 36ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dispensada a leitura, coloco em discussão. Como ninguém quer discutir, coloco em votação. Aprovada a ata. Expediente. Informo que esta Comissão recebeu os seguintes documentos: Ofícios nºs 2.364 e 2.394, do Banco Central, em resposta ao Ofício nº 285, desta Comissão, encaminhando documentação recebida da Caixa Econômica Federal e do Banco Santander do Brasil S/A, referente à quebra de sigilo bancário dos laboratórios multinacionais. Ofício nº 2.365, do Banco Central, em resposta ao Ofício nº 130 desta CPI, encaminhando documentação recebida pelo Banco Real S/A, referente à quebra de sigilo decorrentes das diligências de Uberlândia, Minas Gerais; Ofício nº 678, do Banco Central, substituindo a Dra. Telma Lúcia Pacheco, designada assessora desta CPI, pelo Dr. Luiz Gustavo Dutra Borges Amorim; Ofício nº 95, da Primeira Secretaria desta Casa, sugerindo a esta Comissão a utilização de Serviços de Câmara nº 800.619.619, já existente, tendo em vista o elevado ônus que acarretaria a disponibilização de novo serviço desta natureza; Ofício nº 296, do Deputado Vicente Caropreso, encaminhando notas taquigráficas da reunião especial sobre medicamentos realizada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no dia 28 de fevereiro passado. Correspondência da Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS, informando da possibilidade da Dra. Gro Harlem Brundtland, Diretora-Geral da Organização Mundial de Saúde, ser ouvida pela CPI e sugerindo a data de 4 de abril; Ofício nº 71, do Departamento de Estradas de Rodagens do Rio Grande do Norte, acusando recebimento do ofício desta Câmara e informando que oficiou aos órgãos estaduais detentores de informações sobre o roubo de cargas de medicamentos naquele Estado. Ordem do Dia. Esses documentos que acabo de ler, será fornecida cópia aos Srs. Deputados, de todos eles.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, pela ordem. Ontem eu fui fazer uma pesquisa sobre os documentos da quebra de sigilo bancário de Uberlândia. E encontramos uma série de extratos e documentos e que acaba, Sr.

Presidente, se nós não fizermos um novo pedido, para saber a origem dos depósitos e as origens dos documentos de depósito e a origem também dos pagamentos, nós vamos ter somente... assim, verificar naquelas contas um volume de recursos movimentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Então, estou encaminhando a V.Exa. um pedido, para que encaminhe ao Banco Central, no sentido de conhecermos a origem, né, quem fez os depósitos e quem... e para também... a quem foram feitos os pagamentos dessas contas, para que nós tenhamos realmente essa movimentação clara e não só o volume dela, mas a qualidade e a quantidade dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu pediria a V.Exa. que nós tratássemos desse assunto logo depois de ouvir o Dr. George Alleyne. E enquanto nós vamos ouvir o relatório do Dr. Caropreso, e eu terei imenso prazer em analisar a sugestão e o requerimento de V.Exa. Esta reunião foi convocada para ouvirmos inicialmente o Dr. George Alleyne, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS, a quem eu desejo agradecer imensamente o fato de ter aceito o convite desta Comissão, por sugestão do nobre Deputado Darcísio Perondi, e aprovado por unanimidade por esta Comissão. O Dr. George, além de ter um vasto currículo dedicado à saúde pública e além de diversas condecorações, formado que foi pela Universidade de Medicina de West Indies, da Jamaica, ele tem cursos de M.D., F.R.C.P., F.A.C.P. e tornou-se Diretor da Organização Americana de Saúde em 10 de fevereiro de 1995. Trabalhou na organização por muito tempo, ocupou uma série de cargos importantes, recebeu diversos prêmios internacionais, por sua carreira, em diversos países. E é professor de diversas universidades também. E, portanto, tem assinalados serviços prestados à medicina nas Américas. Ocupa, portanto, esse cargo, por merecimento, por qualificação. E é uma honra para nós tê-lo em nosso meio. E esperamos, evidentemente, colher deste depoimento as suas sábias experiências e lições, para os trabalhos desta Comissão. Eu proponho aos Srs. Deputados...como o Dr. George Alleyne, cujo currículo eu vou distribuir cópias aos Srs. Deputados e à imprensa, vou propor que o Dr. George ocupe o tempo que julgar necessário e o tempo restante do tempo que ele se dispõe a ficar entre nós, nós façamos uma rodada de perguntas por aqueles Deputados que desejam, respeitando primeiro uma pergunta para cada Deputado, a partir das inscrições. Portanto, desde logo, e

sem maiores delongas, dou a palavra ao Dr. George Alleyne, que vai falar em espanhol, e nós teremos tradução simultânea para os Deputados que desejarem e a imprensa, que desejar acompanhá-lo. Tem V.Exa., Dr. Alleyne, a palavra, perante esta Comissão, que passamos a ouvi-lo com muita honra.

O SR. GEORGE ALLEYNE - (*Exposição em espanhol.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Dr. George Alleyne, pela sua bela exposição e experiência que nos transmite como cidadão, como homem, diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, e também como representante da Organização Mundial da Saúde. Quero agradecer-lhe pessoalmente em nome da Comissão a honra que nos dá da sua presença. Eu quero registrar aqui a presença, também, à Mesa, que não o fiz no começo mas o faço agora, do Dr. Jacobo Finkelman, que é o representante da Organização Pan-Americana do Brasil e tem mantido com todos nós um excelente relacionamento e cooperação. Também queremos registrar os nossos agradecimentos não só pela sua presença, mas também pelos seus serviços assinalados, aqui prestados. Quero agradecer também à Dra. Nelly Marin, que é assessora da área de medicamentos da Organização — que está no plenário — da Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS. Queria consultá-lo que tempo ainda dispõe para uma interlocução que nós gostaríamos de fazer com os membros da Comissão. (*Pausa.*) Como o Dr. George Alleyne dispõe ainda de uns vinte minutos, eu gostaria de propor o seguinte: que nós fizéssemos uma rodada chamada interlocução, uma pergunta de um minuto para cada Deputado ou, se possível, menos até, e findo o prazo, nós vamos ter que encerrar a interlocução. Eu vou conceder a palavra. Como ninguém se manifestou contrário, então aprovado por unanimidade, e eu vou tentar executar. Tem a palavra o nobre Relator-Adjunto, Deputado José Linhares, que ocupa hoje a Relatoria por se encontrar em São Paulo, a serviço desta Comissão, o Relator, Deputado Ney Lopes, e outros Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Dr. George, em primeiro lugar, nossos cumprimentos a V.Exa. Percebemos que V.Exa. vem mais ou menos ao encontro de tudo aquilo que esta Comissão tem buscado, que seria realmente nós universalizarmos o uso do genérico, fazendo as ressalvas que V.Exa. tão bem o fez, não só com os testes de bioequivalência, mas também uma lista, uma denominação, uma dispensação racional, através de um farmacêutico, e sobretudo

a ênfase que V.Exa. colocou sobre a aceitação por parte do consumidor. Mas a nossa pergunta seria se V.Exa. tem conhecimento de política de medicamento em outros países com realidade semelhante ao Brasil, e sobretudo qual foram, digamos assim, os instrumentos usados por esses países para que eles pudessem levar o uso desses medicamentos de uma maneira especial para a população de baixa renda aqui efetivamente no Brasil. Essa primeira pergunta seria muito importante para nós pensarmos como levar o uso desse nosso medicamento às nossas populações mais carentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. GEORGE ALLEYNE - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Seria muito válido para nós conhecermos essa legislação, porque nós estamos pensando em fazer uma regulamentação ou uma legislação específica após o trabalho destas Comissões, desta nossa Comissão. Na mesma linha, eu perguntaria a V.Exa. se o seu conhecimento através do mundo, se existe um sistema de controle de preços. Como é que esse controle é feito nesses países? Porque nós temos aqui — e estamos percebendo através das várias audiências públicas e até mesmo de nossa pesquisa... Existe um abuso sistematizado por parte dos laboratórios em aumentando os preços em até 2.000%, 3.000%, 4.000%. E como é que esses países fazem esse controle? Como é que nós poderíamos, em nos louvando em experiências, digamos assim, válidas, desses outros países... Porque nós estamos vendo que engessar preço aqui é realmente contraproducente. Aquela... digamos assim, "Vamos tabelar preços", isso nós não aceitaríamos, mas que controle esses países fazem para que esses preços não se tornem tão abusivos? V.Exa. teria alguma experiência nesse sentido?

O SR. GEORGE ALLEYNE - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - V.Exa. tem, digamos assim, essa experiência já versada em algum trabalho? Seria interessante também nos mandar.

O SR. GEORGE ALLEYNE - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Ajudaria bastante a esta Relatoria. Última pergunta. O nosso Ministério da Saúde, ele vem fazendo um trabalho, e Sr. Ministro, na luta... Agora mesmo nós temos em discussão... Nós descobrimos — o Ministério descobriu — que a insulina que estava sendo oferecido ao Ministério, produzida aqui no Brasil, em Minas Gerais, e a insulina importada, ela tinha uma

diferença de preço que chegaria a cerca de quase 200% ou 300%. Então, eu pergunto a V.Exa.: o nosso Ministério tem-se utilizado ou feito algum contrato, algum convênio, ou tem algum instrumento trabalhando com a OPAS com relação à importação de medicamentos que venham realmente fazê-los acessível na grande escala que ele sempre compra às nossas comunidades?

O SR. GEORGE ALLEYNE - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Muito grato ao senhor, Dr. George.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Tem a palavra para uma pergunta o nobre Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quero cumprimentar o Dr. George pela apresentação e pela disposição forte da OPAS de cooperar com o Governo brasileiro e com este Parlamento nesta maratona para derrubada de preços no País e implantação de uma política nacional de medicamentos que... O senhor iniciou a sua conferência ressaltando o esforço do Governo brasileiro, e o senhor tem a larga experiência internacional pra afirmar com sabedoria e com segurança o esforço que está-se fazendo pelo Governo brasileiro e pelo Parlamento em implantar uma política de medicamentos à maioria da população brasileira. Eu havia preparado umas seis perguntas, mas vou tentar fazer uma. O senhor vê dificuldades de um laboratório internacional, ou laboratório brasileiro, de fazer o genérico em cima dos testes feitos lá fora, de biodisponibilidade ou bioequivalência? O senhor acha que a condição de que os testes de bioequivalência sejam feitos no País de origem ou em *(ininteligível)*. O senhor falou *(ininteligível)* algumas exceções?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. George.

O SR. GEORGE ALLEYNE - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Novais para uma pergunta.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Queria inicialmente saudar o nosso convidado e, rapidamente... É uma pena que temos tanto pouco tempo. Mas existe no Brasil uma situação assim de que os laboratórios nacionais... Existe uma rede oficial de laboratórios. Uma rede de laboratórios públicos. Só no caso da AIDS, aqui no Brasil, em dois anos, em vez de comprar medicamentos dos laboratórios

privados, os laboratórios públicos produziram medicamentos praticamente 70 a... Tem AZT, por exemplo, 70% — todo é produzido no Brasil. O DDI, 100%. O Brasil economizou 520 milhões de reais em dois anos. Em vez de tá comprando medicamentos de AIDS dos laboratórios privados, comprou dos laboratórios públicos. Então, eu senti falta na explanação do senhor, de V.Exa., se o investimento em laboratórios públicos... Porque no Brasil nós temos uma rede de laboratórios públicos muito significativa. Produz muitos... Tem pesquisa e produz muito, e nós temos algo em torno de 50 milhões de brasileiros, um terço da população brasileira, que não têm acesso a medicamento de forma alguma, porque não tem capacidade de compra e também não tem... não existe oferta também nos postos de saúde. Então, eu queria saber da opinião do senhor a respeito do investimento em laboratórios oficiais. Essas experiências que aconteçam, que existam na América Latina, e qual a opinião de V.Exa. sobre esse investimento em laboratórios públicos oficiais.

O SR. GEORGE ALLEYNE - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, Dr. George, é uma satisfação estar aqui ouvindo sua experiência. Com a política de genéricos no Brasil, seguramente as despesas provenientes de pesquisas, de comercialização, propaganda, isso faz com que o preço do medicamento genérico deva cair bastante, e fatalmente o preço ao consumidor do medicamento genérico vai depender muito do preço da matéria-prima internacional. É com relação a isso que eu quero fazer um questionamento. Qual a colaboração ou qual a posição da OPAS no sentido de auxiliar os países, principalmente os países latino-americanos, com relação à garantia da qualidade da matéria-prima internacional e os seus respectivos preços? Porque julgamos que a qualidade do genérico vai depender muito da matéria-prima, e o preço também vai depender muito do preço da matéria-prima, em virtude daquilo que nós já colocamos de barateamento do custo dos outros acessórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GEORGE ALLEYNE - *(Exposição em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, prezados Drs. George Alleyne e Jacobo Finkelman. Dr. George, o senhor, na sua exposição, concentrou em aspectos muito importantes como uma lista de remédios essenciais, a importância dos medicamentos genéricos e, evidentemente, alguns postulados para que se tenha uma boa política farmacêutica em qualquer país, incluindo o Brasil, que o senhor de maneira muito cautelosa, muito respeitosa, falou que o Brasil haverá de encontrar o seu caminho. Mas até para que o senhor se sinta mais à vontade, aqui nós tivemos a presença do ex-Deputado Elias Murad, que é farmacêutico, e ele aqui citou um farmacologista da Universidade de Stanford, quando esse cientista disse o seguinte: "A população do Brasil, mais do que qualquer outro povo da América Latina, tem sofrido a praga dos medicamentos fraudulentos falsificados. A explicação é uma combinação de ingenuidade, incompetência, corrupção, estupidez e, possivelmente, o mais ridículo sistema de inspeção de todo o mundo" — e por aí vai —, "é um sistema sujo" etc. Pois bem, no depoimento do Ministro da Saúde, nesta Comissão, ele ficou em dúvida se falava contra ou se falava a favor da venda de medicamentos em supermercados. O Ministro da Fazenda veio e disse que alguns ele era a favor, não tinha nenhum problema, quando disse também que não considerava que havia aumentos abusivos de medicamentos, e o Secretário da Receita Federal recentemente aqui nos informou que a indústria farmacêutica no Brasil ela tem uma lucratividade maior do que a indústria do tabaco, do que a indústria da bebida. Pergunto ao senhor: existe qualquer dificuldade técnica para melhorar a política de medicamentos em qualquer país do mundo ou essa mistura de preço alto, medicamento fraudado, enganação da população é consequência da ausência do poder de Estado para corrigir a situação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Tem a palavra o Prof. Alleyne.

O SR. GEORGE ALLEYNE - (*Exposição em espanhol.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. George. O Dr. Jacobo me adverte que nós temos apenas cinco minutos. Eu tenho cinco Deputado inscritos. Eu vou dar um minuto para cada Deputado e vou dar a palavra ao Dr. George para que ele fique com o problema de usar o tempo que ele achar

conveniente para nos responder. Tem a palavra... Vou fazer, por exemplo, cinco perguntas, cinco Deputados. Deputado Neuton Lima, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Obrigado. Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. George Alleyne, o senhor, na explanação que o senhor trouxe a esta Comissão, não falou nada a respeito de patentes. Aqui no Brasil, após as Leis de Patentes, houve um acentuado aumento dos medicamentos, principalmente aos consumidores, bem como o volume de importação dos sais e também dos produtos acabados. Durante todo esse período não foi feita nenhuma pesquisa de nova molécula no Brasil. E os laboratórios multinacionais aumentaram a sua participação no mercado, que hoje corresponde a 80% do mercado brasileiro — do mercado — e equivale a 10 bilhões de dólares. Uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual em Campinas mostrou que houve um aumento direto ao consumidor de quase 400% nos preços dos medicamentos. E recentemente, numa entrevista do Presidente norte-americano, Bill Clinton, ele dizia que era importante haver uma flexibilização na Lei de Patentes aos países em desenvolvimento. O que que o senhor acha que aconteceu com relação a esse tipo de coisa. Será que não é a Lei de Patentes que está propiciando este aumento "escabuloso" de medicamentos para a população do nosso País, do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Neuton Lima. Com a palavra o Deputado Iris Simões.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o Deputado Alceu Collares

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Também, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Também. Com a palavra o Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Prezado senhor, os preços se mantiveram baixos nos países México, Colômbia e Venezuela com a introdução dos medicamentos genéricos? Os preços se mantiveram baixos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Luiz Bittencourt.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, para registrar aqui a nossa satisfação de receber o Dr. George, a excelente, excelentes colocações que aqui foram feitas, observações importantes, e fazer uma pergunta sobre uma

colocação feita sobre os critérios de qualidade material. Nós levantamos aqui depoimentos importantes, principalmente de autoridades governamentais, sobre o superfaturamento de matérias-primas importadas. Quer dizer, são produtos adquiridos pelas empresas multinacionais que, se comparar entre várias empresas, uma compra por um valor "x", outra compra por um valor 3.000% maior. Se esses fatores também são já detectados pela OPAS e se isso influencia na política de medicamento genérico em outros países.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Tem V.Exa. a palavra, Prof. George.

O SR. GEORGE ALLEYNE - (*Exposição em espanhol.*) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito bem. Eu quero, Dr. George Alleyne... Eu quero, Dr. George Alleyne, agradecer a V.Exa. a belíssima contribuição que trouxe em seu depoimento e na interlocução com os Parlamentares. Creio que V.Exa. tocou naqueles assuntos que realmente nos interessam profundamente, que é de produzir uma política que reduza... Peço a atenção dos Srs. Deputados e desejo avisar que nós haveremos de prosseguir nessa reunião para ouvirmos o relatório do Dr. Caropreso. Queria dizer a V.Exa. que o depoimento de V.Exa. é valioso na construção de uma política que esta Comissão tem-se interessado. Além de outras medidas que esta Comissão vai propor, seguramente V.Exa. tocou em alguma coisa que nos interessa profundamente, que é o trabalho que esta Comissão veio fazendo para desbaratar no Brasil um cartel que não queria a Lei dos Genéricos. Esta Comissão, juntamente com o Governo e com a opinião pública, já tem um papel nesse trabalho e nós queremos vê-la vitoriosa. Quero pedir a V.Exa., juntamente com os agradecimentos, que nos envie toda e qualquer informação que tenha V.Exa. das experiências de outros países, porque pra nós interessa fazer atalhos naquilo que pudermos aproveitar da experiência dos outros pra buscar uma política de medicamentos e saúde no Brasil; nos interessa profundamente. De forma que já o deixamos convocado a nos mandar essas informações. Ao lado dos agradecimentos a V.Exa., quero registrar o agradecimento ao Dr. Jacobo Finkelman, grande representante da sua organização no Brasil, e da Dra. Nelly Marin, assessora de medicamento da OPAS. Quero também desejar a V.Exa. uma feliz estada no Brasil e volte sempre em breve. Muito obrigado.

O SR. GEORGE ALLEYNE - (*Exposição em espanhol.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, suspendo a reunião por cinco minutinhos para as despedidas dos Srs. Parlamentares e logo retomemos... retomaremos os trabalhos. Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Reabro os trabalhos da Comissão e passamos à segunda parte da Ordem do Dia, que é ouvirmos o relatório do Dr. Deputado Caropreso que, em nome de uma Comissão, fez uma diligência no Estado do Paraná, por sugestão do Deputado Mosconi, e que foi integrada pelo Deputado Caropreso, pelo Deputado Iris Rezende, pelo Deputado Max Rosenmann... Iris Simões, perdão, escusa. Este entendeu... É que eu tô indo pra Goiás logo a pouco, entendeu?

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço escusas. E mais o Deputado Márcio Matos, Werner Wanderer, Max Rosenmann, entendeu? V.Exa....

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria fazer uma pergunta a V.Exa. É um esclarecimento. Após a exposição do Deputado Vicente Caropreso nós teremos de deliberar algo referente à diligência ou outros aspectos da CPI, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pelo menos que... Não. Acho que nós deixaríamos o relatório pra deliberar na primeira reunião, tá?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E mesmo que nós, talvez, não tenhamos número, de forma que eu... Tem a palavra o nobre Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, inicialmente, Sr. Presidente, eu tenho uma questão até de ordem em relação à leitura ou não do primeiro relatório, Sr. Presidente, que foi um depoimento em caráter sigiloso do Sr. Aparecido Bueno de Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se o depoimento é sigiloso, acho que V.Exa. podia fazer apenas uma síntese, né? Entendeu?

(Não identificado) - Sigiloso *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Entendeu?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, acho que o sigiloso talvez devesse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, a síntese é no sentido de indicar que caminhos são, se há algum... Porque há depoimentos sigilosos que são valiosos e há outros que não são valiosos. Quer dizer, as recomendações que devemos tomar a partir desse depoimento sigiloso. Que providências V.Exa. sugere?

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, em relação a esse primeiro depoimento do Sr. Aparecido Bueno de Camargo, tenho a dizer que todas as notas taquigráficas e anexos de documentos que ele nos apresentou estão à disposição dos Srs. Deputados. E também que a conclusão a que chegamos foi de que não houve muita contribuição com esta CPI a todas as alegações colocadas pelo Sr. Aparecido Bueno de Camargo. Não contribui em praticamente nada com o andamento e com as investigações desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Apenas acho que nós temos que perseguir cada vez mais esse... essa prática da bonificação? Entendo que essa prática da bonificação, que presumivelmente está enraizada, arraigada no Brasil inteiro, ela deva ser mais investigada. Então, o extrato, do depoimento está a... a totalidade do depoimento está aqui com as conclusões e todos os anexos dos outros documentos que o Sr. Aparecido Bueno Camargo nos passou naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então há dois depoimentos: um do dou... Sr. Donizete...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Isso. Agora vem o outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E esse não acrescentou nada também?

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Não, esse... nós temos revelações importantes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu pressuponho que... Eu pensava ouvir do Relator as sugestões de que devemos fazer, entendeu? Senão eu tenho que...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas a diligência foi feita (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Não. A diligência, é... Sr. Presidente, Sr. Presidente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Posso fazer uma sugestão, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, a primeira oitiva foi sigilosa. A segunda não o foi. Portanto, acho que posso ler o relatório e as conclusões, se assim o senhor desejar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não, eu... O que eu queria é que a Comissão tomasse conhecimento, através da Comissão, dos resultados da diligência.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Pois é, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É isto que nós queremos ouvir.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas eu acho... Mas essa é uma questão legal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É isso que queremos ouvir.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - ... regimental, porque, já que ela foi de caráter sigiloso... Essa é a questão que nós estamos levantando, que ela foi de caráter sigiloso.

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Se devemos torná-la pública ou uma sessão...

(Não identificado) - ... eu queria fazer... Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - ... mesmo que não tenha algo comprometedor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Srs. Deputados, ontem, Deputado Iris Simões, ontem eu marquei pra esse depoimento. Não houve nenhuma observação de que havia relatório sigiloso. Peço que o sigiloso seja feito sigilosamente. Agora, como houve providências publicada na imprensa e houve o anúncio de que haviam sido descobertas coisas importantes... Ontem, mesmo, nesta reunião, se falou...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Mas é do próximo...

(Não identificado) - Espera aí, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... que havia implicações...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - É do próximo depoimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Hein?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - É do depoimento que (*ininteligível*) a seguir, que é aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, tem a palavra o... Então, tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, neste segundo depoimento tomado pela Subcomissão designada pelo Presidente da CPI, para realizar as diligências de Curitiba, foi ouvido o Sr. Anderson Donizete de Lima, proprietário da rede de farmácias Belafarma, preso em flagrante e acusado de receptação de medicamentos roubados e que compareceu à Câmara de Vereadores da cidade de Curitiba para a prestação de depoimentos, sob a Presidência do Deputado Iris Simões, presença do Deputado Vicente Caropreso, o Relator, Max Rosenmann, Werner Wanderer, Márcio Matos e Robson Tuma, voluntariamente. Relatório dessa oitiva. Inicialmente, como questão de ordem, a pedido do Deputado Robson Tuma, o Sr. Presidente nomeou como auxiliar dos trabalhos o Dr. Jairo Amódio Estorílio, Delegado de Polícia do Paraná, que acompanhou todo o inquérito policial de apreensão dos medicamentos roubados e a prisão em flagrante do Sr. Anderson Donizete de Lima, depoente. Após a prestação de juramento e identificação, o depoente fez uma explanação da situação, que tinha sido enganado por um desconhecido de nome Léo, que vendera ao mesmo um lote de medicamentos da Indústria Neoquímica. Esta carga havia sido entregue numa Kombi de cor branca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Perdão, perdão. O braço da cadeira. Desculpe, Deputado. Prossiga V.Exa.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - ... sem identificar a placa por um preço total de 35 mil reais, divididos em cinco prestações iguais e consecutivas. A pedido do Sr. Presidente, foi ouvido o Dr. Jairo, Delegado de Polícia do Paraná. Este disse que, após denúncias anônimas, efetuou a prisão do depoente, em flagrante, no dia 21 de fevereiro do ano 2000, após certificar-se que se tratava de parte de um lote roubado da Indústria Neoquímica, em abril de 1999, e que estava distribuído nas três farmácias pertencentes ao depoente. O mesmo afirmou à

Polícia que comprara sem notas fiscais. As cópias dos autos estão anexas. O Sr. Anderson Donizete de Lima disse que era proprietário de três farmácias, duas em Curitiba e outra em São José dos Pinhais. Disse que costumava comprar os medicamentos direto das distribuidoras e, às vezes, direto das indústrias. O Sr. Robson Tuma pediu que fosse feita apreensão imediata de todos os documentos contábeis da rede de farmácias, através da receita estadual do Estado do Paraná. Reafirmou que a distribuidora Panarello é a que mais vantagens dá ao comprador. Afirmou que não tinha notas da Neoquímica; que normalmente esta empresa entra com seus produtos através de distribuidoras de nome Lupelfarma ou Balcifar. Reiterou que uma pessoa de nome Léo, que se fez passar por representante da Neoquímica, apresentou-se para a venda a preços especiais, bem abaixo do mercado, de boa quantidade de remédios, com 20% de desconto, em boas condições de pagamento; que se apresentou com um cartão de visitas e que o depoente disse que não tinha em seu poder; e que o vendedor daria a nota fiscal ao mesmo após terem sido pagos 25 mil do total de 35 mil reais do total. Após muita insistência dos Deputados, o Sr. Anderson de Lima confirmou dois números de telefones que eram da pessoa a quem fez os pagamentos, de nome Léo. Escreveu em nota separada, que está em anexo. Esses números foram imediatamente checados pelo Delegado da Polícia Federal que estava presente, que ato contínuo identificou o proprietário de um dos números arrolados. Posso citar 01156211396 ou 01159211396. O número de prefixo 562 constava ser de Doris de Las Mercedes Cerda Cárceres, com endereço — Rua Almirante Carlos Ramos, 310, Americanópolis — em São Paulo. O outro não constava nenhum assinante. Os manuscritos estão anexos. Logo após isso, o Sr. Donizete sentiu-se amedrontado e a Comissão ofereceu-lhe o Programa de Proteção a Testemunhas, que inicialmente foi negado pelo depoente. O depoente deixou a CPI à vontade para a quebra do seu sigilo telefônico, forneceu todos os números de telefone que usa e usou, todos com prefixo de área 041: 9973956, em nome de Adilson Lopes, que ele usava; 2251218, 2230033, 3491741, 2240183, 3233111, 2774569, 2781344. Tem um manuscrito anexo, de próprio punho, do Sr. Anderson Donizete. Marcou os números que pertenciam à sua mãe e com um "c" os do comércio. Nesse momento, o Sr. Robson Tuma sugeriu a quebra do sigilo telefônico da mãe do depoente. Logo após insistência do Deputado Robson Tuma, foi revelado o nome do representante da Neoquímica como Léo Carbonacha, de São Paulo, e que, segundo o depoente,

vinha sempre nos dias 25 de cada mês para pegar o pagamento em dinheiro. O depoente disse que sua farmácia esteve fechada por um dia, no qual a polícia esteve presente. Reafirmou que o delegado e mais três agentes levaram o material roubado das três farmácias para a delegacia e que haviam remédios com e sem nota da Neoquímica, e que tudo foi levado para averiguação. Após insistência, o depoente revelou que a sua empresa tinha mais um sócio, de nome Marcos Alfredo Gunha — com gê —, que tinha 10% da sociedade, por ter emprestado 17 mil reais no início, quando adquiriu o negócio, mas que o nome do sócio nem constava do contrato da empresa, e sim sua ex-sogra, de nome Peruco Goto. Ao ser inquirido pelo Deputado Max Rosenmann, disse que as farmacêuticas contratadas só recebem um salário fixo e que não sabiam da carga roubada. Ao retornar-se à questão dos números de São Paulo, o depoente disse que não conhecia a pessoa identificada pela Polícia Federal como assinante da cidade de Americanópolis. O Deputado Robson Tuma sugeriu a quebra do sigilo telefônico desse número e ressaltou que suspeitava que a Vigilância Sanitária deveria ter tomado atitudes mais firmes, como a apreensão da mercadoria para ser analisada. O Deputado Márcio Matos insistiu na análise do patrimônio do depoente, que saltou, após 2 anos, de 75 mil reais para, presumidamente, 200 mil reais. Ato contínuo, o Sr. Presidente abordou o assunto "BO", e o depoente confirmou que a Neoquímica usa este esquema. Disse que a distribuidora vende com 20% de desconto, no caso a Panarello. Disse que o desconto é um por um, ou seja, compra um e o outro é bonificado. Mas também afirmou que o esquema às vezes é na nota e, outras vezes, é na mercadoria. Confirmou o exemplo que muitas vezes acontece nesse esquema e que compra 100 caixas de um produto e recebe 200. Logo após o Sr. Relator insistir, o depoente anotou numa folha anexa o nome de empresas que praticam esta bonificação: Luper, EMS, Hormoterápica, Teuto e Neoquímica. Disse haver outras. O Sr. Relator voltou a insistir na placa da Kombi que trouxe os medicamentos, mas o depoente negou-se a fornecê-la, alegando que não prestou atenção, mas que era branca e sem identificação da distribuidora; que fez a entrega do material apenas de uma única vez nas três lojas. Ao Deputado Max Rosenmann, o depoente disse que fazia retiradas mensais de apenas 500 reais, mas o faturamento das farmácias girava em torno de 110 mil reais/mês e que o lucro era de 30% ao mês. Neste momento, o Sr. Presidente reafirmou a disposição da CPI em oferecer ao depoente o Programa de Proteção a Testemunhas. Após uma breve

interrupção, o Sr. Relator fez a leitura dos autos do inquérito policial envolvendo o depoente e solicitou a manifestação voluntária da Dra. Margarida Lenze, Diretora da Vigilância Sanitária Municipal de Curitiba, no sentido de esclarecer as medidas que deveriam ter sido tomadas em relação à carga de medicamentos roubada, apreendida e que ficou à disposição da Polícia do Paraná. A Dra. Margarida disse que o Serviço de Vigilância esteve nas duas farmácia estabelecidas em Curitiba e que autuou as duas por outros problemas sanitários, já que a mercadoria havia sido levada pela polícia. Indagada pelo Relator, a Dra. Margarida reafirmou que não seria problema da Vigilância Sanitária a inspeção e análise de produtos roubados, já que são liberados pelo Ministério da Saúde. Contudo, disse que temia pelas condições de estocagem desses produtos e que, provavelmente, a indústria que recebeu a devolução dessa carga roubada deveria, por certo, inutilizá-la. Compareceram, espontaneamente, a pedido do Sr. Presidente, as Dras. Janete Argenton, Chefe do Departamento de Qualidade de Saúde, e a Dra. Jussara Serrato, Chefe da Vigilância... Divisão de Vigilância Sanitária de Produtos do Paraná. Foram indagadas pelo Sr. Relator, disse que o Estado do Paraná não havia sido comunicado desse roubo de carga, mas que a competência era municipal. Frisou, contudo, que a carga deveria ter sido interdita. A Dra. Jussara Serrato reafirmou que a carga normalmente não poderia mais ser utilizada, já que não são conhecidas as condições de armazenagem desses produtos. Ato contínuo, foi ouvido pela Comissão o Sr. Renato Milanese, Técnico da Receita Estadual que esteve com o contador da Rede Belafarma e requereu, num prazo de duas horas, a entrega de toda a documentação fiscal dos anos 1999 e 2000. O Dr. Renato ficou de enviar a esta Comissão relatório da situação contábil e fiscal da Rede Belafarma, bem como as cópias dos documentos para esta CPI. O Sr. Max Rosenmann, indagando o Delegado Jairo Estorílio, solicitou informações a respeito do roubo de cargas, e o mesmo informou que tem-se empenhado nesse sentido, mas que é extremamente difícil a detecção desse ilícito. Após terem sido encerrados os trabalhos na Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, o Sr. Presidente, o Sr. Relator e o Deputado Robson Tuma permaneceram com o Sr. Anderson Donizete de Lima e só o liberaram após o mesmo prestar depoimento na Superintendência da Polícia Federal do Estado do Paraná e assinar termo de recusa do Programa de Proteção a Testemunhas, que está em anexo. Comentários e Conclusões. Primeiro: a apreensão desse pequeno volume de cargas roubadas nessas três farmácias do

Estado do Paraná, através do depoimento do Sr. Anderson Donizete de Lima, contribuiu para uma linha de esclarecimento do crime em si, já que há um provável nome arrolado com telefone indicado, os números de telefones relacionados com o Sr. Anderson neste período anterior à prisão, pois, até prova em contrário, deverão sofrer rastreamento para comprovar a existência de mais envolvidos ou até outro número de telefone da conexão com o falso representante. O número de telefone indicado pelo depoente deverá ser prioritariamente rastreado. Segundo: o Sr. Anderson Donizete de Lima revelou o nome de várias empresas produtoras de medicamentos que praticam o esquema de bonificação, com ou sem a participação de distribuidoras de medicamentos. Há, portanto, fortes indícios de sonegação fiscal de toda esta cadeia. O próprio depoente não explicou como enriqueceu tanto num período pequeno. Os documentos contábeis da empresa do Sr. Donizete foram requeridos pela Receita Estadual do Paraná. Considerações Finais. Essa diligência realizada na cidade de Curitiba deve, sem dúvida, avançar nas investigações, no sentido de esclarecer o crime localizá-lo e a possibilidade de esclarecer a prática da bonificação pelas indústrias e as distribuidoras respectivas arroladas. Finalizando, sugiro, através de requerimento conjunto dos Deputados presentes à diligência na cidade de Curitiba, a quebra de sigilo telefônico do Sr. Anderson Donizete de Lima, bem como dos outros telefones por ele arrolados como de uso comum. Da mesma forma, a quebra do sigilo fiscal poderá revelar sinais de enriquecimento ilícito — enriquecimento ilícito. Outrossim, há, pela primeira vez, uma denúncia fundamentada do esquema de bonificação, envolvendo nome de indústrias farmacêuticas e também, através da quebra do sigilo bancário e fiscal destas empresas arroladas, Luper, EMS, Hormoterápica, Teuto e Neoquímica, e das distribuidoras Nucleofarma e Balcifar, no depoimento do Sr. Anderson Donizete de Lima, poderá esta CPI iniciar uma ampla investigação no sentido de reduzir a fraude fiscal presumida neste esquema, que deve ser comum em todo o território nacional. Nada mais a considerar, Vicente Caropreso, Relator nomeado por esta Comissão de Inquérito, submeto a apreciação do presente relatório ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Desejo agradecer o relatório que acaba de prestar o ilustre Deputado Vicente Caropreso e através dele a diligência. Gostaria, não sem antes colocar em discussão, submeter a idéia de remeter esses relatórios ao Relator, para sugerir imediatamente as providências

cabíveis, no sentido de unificar a ação da Comissão. Está em discussão o relatório e a sugestão que acabo de prestar. Se os Srs. Deputados concordarem...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - Sr. Presidente, eu só queria fazer uma breve...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMANN - É o seguinte: um dos pontos importantes que foi sugerido nesse relatório, que deve ser bem considerado pelo Relator, é a sugestão que foi dada pelo Camargo, que ficou em caráter sigiloso, no sentido de que fosse utilizado código de barra nos medicamentos na questão dos lotes, aquela questão do controle, porque toda vez que uma mercadoria é roubada há uma dúvida da origem dela, e, se na fabricação, já na saída da fábrica, houvesse um código de barra, haveria realmente um controle nessa questão. Mesmo que isso desse trabalho às fábricas, elas teriam que ter capacidade técnica de fazer esse código de barra, como todos os produtos têm. Então, isso vai constar do relatório do Camargo e é uma coisa que parece que muito prática. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, com relação ao relatório do nobre Deputado Vicente Caropreso, eu queria fazer uma pequena ressalva, que, quando nós questionamos a Vigilância Sanitária sobre a carga roubada, qual o destino que deveria ser dado a essa carga roubada, ela nos informou que a carga foi devolvida pela Polícia Civil ao laboratório de origem. Eu acho que a Vigilância Sanitária, não sei se tem prerrogativas para isso, no sentido de uma carga roubada, de não saber como foi armazenada, como ficou essa carga; acho que a Vigilância Sanitária deveria ter essa prerrogativa dela mesmo fazer a incineração dessa carga. Então isso que me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo, tá certo. Obrigado a V.Exa. Tem a palavra o Deputado Alceu.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Presidente, eu tenho impressão que quando há uma Sub-Relatoria os integrantes devem discutir entre si o relatório do Sub-Relator e encaminhar esse documento para o Relator. Não cabe discutir se aprova ou não aprova a Comissão. A Comissão não participou. A Comissão... Agora, os membros da Subcomissão é que se reúnem separadamente, aprovam ou corrigem, alteram, modificam, assinam o relatório e encaminham para o Sub-Relator, para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Alceu Collares, ninguém aprovou relatório. O que eu submeti a aprovação é a remessa ao Relator, e a prestação de conta...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas a remessa é automática, ela foi criada pra isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Houve uma prestação de contas. Esta Comissão foi designada pelo Plenário. Há uma prestação de contas à Comissão e ao País. Foi essa a intenção.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não havendo objeção nenhuma, eu considero remetido relatório ao Relator, para que determine, sugira as providências cabíveis, entendeu? Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar a Comissão e o Relator. Evidentemente que, com certeza, o relatório procurou ser o mais objetivo, e foi. E o que eu queria sugerir, acho que nós deveríamos, em colaboração com a Subcomissão, com o Relator, com a Presidência, e para que a Comissão eventualmente faça as ligações devidas do que ocorre no Paraná, qual é a sua extensão — porque foram mencionados outros Estados —, eu creio que, num outro momento, por isso que eu fiz aquele esclarecimento inicial, nós devêssemos ver que propostas podemos extrair dessa diligência para reorientar ou aprofundar os caminhos da Comissão. Então, acho que é um esforço nosso de ler esses relatórios, né, além do Relator. Era isso que eu queria comentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu concordo inteiramente, tanto é que determino a remessa de cópia a todos os Srs. Deputados e (*ininteligível*) o relatório. Eu queria consultar os Srs. Deputados. Há um requerimento do Deputado Alceu Collares para fazermos uma reunião reservada, e eu consultaria os Srs. Deputados se é bom fazemos isso e discutirmos requerimentos em andamento e tal, roteiro de trabalho, na terça-feira.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Posso me manifestar, Sr. Presidente? Veja, eu acho absolutamente necessário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ou se V.Exas. querem ouvir...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...que ocorram reuniões de trabalho, para que nós possamos... Eu vou dizer daquilo que me vai um pouco na alma. Talvez cada um dos Deputados tenha uma estratégia para esta CPI, o que é legítimo. Eu sinto que ainda a CPI ela não conseguiu definir coletivamente aquilo que são estratégias. O Relator com certeza tem uma, é da sua competência e obrigação. Agora, eu sinto a seguinte dificuldade: a equipe de trabalho, que é boa, que assessora a CPI, ela tem que assessorar tanto o Relator quanto a Presidência, mas nós que não somos... Veja, eu queria relatar para o senhor uma dificuldade que nos temos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado Arlindo Chinaglia, se V.Exa. quiser discutir isso hoje, esta Presidência não tem nenhum problema, mas eu acho que é um assunto exatamente para ser discutido naquela oportunidade. Então não cabe...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, veja, o que eu quero dizer pra V.Exa. é que V.Exa. tem uma certa impaciência em alguns momentos. Veja, vou explicar pro senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é impaciência, nobre Deputado, é um certo grau de objetividade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então me perdoe a prolixidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu, portanto, defendo uma reunião aberta, para que os Deputados da CPI possam, digamos, debater publicamente quais são os nós, os estrangulamentos que eventualmente cada um analise. Acho que o Deputado Alceu Collares tem razão ao propor ela reservadamente, porque talvez quisesse, digamos, aprofundar. Eu proponho que seja aberta, Deputado Alceu Collares, pelas mesmas motivações de V.Exa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, o requerimento...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Até pra fazer as críticas que entre nós possamos fazer com maior liberdade. Ninguém tem medo de dizer à imprensa o que nós estamos sentindo, o que o nosso coração está sentindo. Só acho que a Comissão deve se preservar, porque eu, pessoalmente, quando pedir, vou fazer algumas colocações que talvez não sejam boas para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que não está... O que está se discutindo aqui, Deputado Arlindo Chinaglia... Há um requerimento aprovado, e esse requerimento eu estou querendo ver se faço terça ou outro dia. Eu não estou colocando em discussão...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Desculpe, eu estava... Eu não tinha entendido que estava aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...se é ou não aberta. Isso tá decido, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ah, não, veja... Eu não entendi dessa forma, então, se o senhor quer definir apenas a data, qualquer data que o senhor definir tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero... pretendo definir a data, agora, V.Exa. tem o direito de requerê-la aberta a qualquer momento e apresentar outro requerimento. Eu só queria, exatamente, aprovar a data. Eu quero marcar. Eu perguntei se terça-feira é bom, porque eu não quero pegar ninguém de surpresa, quero que todo mundo se prepare...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - É claro. Terça, qual é o horário, qual é o horário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quatorze horas.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - É boa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não tinha entendido que estava aprovado. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa., Deputado Arlindo, me desculpe, é um dos mais assíduos, e freqüentes, e eficientes Deputados, quero proclamar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas desatento, mas desatento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, no caso específico... É isso que eu desejo. Eu, aliás, quero dizer a V.Exas. o seguinte: na próxima...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Isso lá no Rio Grande é estar chorando em túmulo errado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Acho que V.Exa. é que tá no defunto errado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu acho que só o fato de ter a sensibilidade do choro... Eu respeito esses gaúchos que choram em túmulo errado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aqui não é choro, entendeu? O Deputado Sérgio Novais, para encerrar.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, eu queria... O encaminhamento que tinha feito anteriormente sobre a questão do sigilo bancário, para que nós... Eu estou preocupado com o tempo. O tempo urge, nós temos mais sessenta dias pela frente somente. Então, quando foi-se observar o sigilo bancário de Uberlândia, se identifica que as origens dos depósitos, como as origens dos pagamentos, para onde os pagamentos se dirigem, não estão especificados. Então há uma necessidade de que a CPI faça um ofício ao Banco Central, para que esses documentos cheguem à CPI. Então é uma atitude somente de complementar a quebra do sigilo bancário, que não haveria necessidade de deliberação, mas somente o encaminhamento por parte de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou ver. Se são medidas administrativas de competência desta Presidência, eu as tomarei ainda hoje; se não, submeterei na terça-feira, Deputado Sérgio. Deputada Almerinda, tem V.Exa...

A SRA. DEPUTADA ALMERINDA DE CARVALHO - Sr. Presidente, pela ordem, por favor. Eu gostaria de trazer ao conhecimento desta Comissão uma... no caso uma denúncia só não, também uma prisão, prisões que foram feitas no Rio de Janeiro sobre o desaparecimento dos postos de saúde de medicamentos no Município de Teresópolis, principalmente de psicotrópicos, remédio para o coração, remédio para problemas estomacais. Eu queria uma orientação do senhor, que esses medicamentos saíam dos postos de saúde e eram vendidos para farmácias particulares. Então aqui nós temos os responsáveis pelas farmácias, que foram detidos em Teresópolis, e eu gostaria uma orientação do senhor, no caso da gente formar de repente uma equipe para ir até Teresópolis para tomar alguns dados a respeito desse desvio de medicamentos dos postos de saúde, que isso é gravíssimo, principalmente tratando-se de remédio psicotrópico, se seria viável nós irmos até o Rio de Janeiro. Quer dizer, eu sou do Rio de Janeiro, se nós podíamos formar uma comissão pra tomarmos realmente mais detalhe desse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputada Almerinda, é praxe desta Comissão tomar deliberações a partir de requerimentos. Eu sugiro a V.Exa., como houve esse desvio, o fato já aconteceu; eu pediria que V.Exa. sugerisse por requerimento, para que nós deliberássemos as providências que V.Exa. julga necessárias nesse caso.

A SRA. DEPUTADA ALMERINDA DE CARVALHO - Ou convidássemos os responsáveis para comparecer também à Comissão. Talvez seria também viável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ou pedir informações. Eu peço a V.Exa. que proponha isso, entendeu, não é, e nós podemos tomar uma deliberação na próxima terça-feira.

A SRA. DEPUTADA ALMERINDA DE CARVALHO - Tá ok, então, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bem? De acordo? Muito obrigado a V.Exa. Eu queria comunicar apenas, para encerrar, ofício do Sr. Presidente do Banco Cen... do Tribunal de Contas, designando para assessorar esta Comissão os Srs. Dr. Rodolfo Costa Souza e Dra. Roberta Ribeiro Queiroz Martins. Também ofício do Gen. Álvaro Henrique Vianna de Moraes, Diretor do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Ministério da Justiça, Diretor-Geral, encaminhando informações sobre roubo de cargas no Brasil, segundo os relatórios que tem aquele órgão do Ministério da Justiça. Estou dando conhecimento ao Sr. Relator e aos senhores membros da Comissão disso. Não havendo mais nada a tratar...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, posso, para uma última colocação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Aproveitando a Deputada Almerinda, que colocou essa questão do Rio de Janeiro, a importância que é das diligências. Nós fomos para o Paraná pra verificar a questão da carga roubada. Lá encontramos o depoimento de alguém que certificou a existência da sonegação fiscal. Parece algo que passa... quer passar despercebida. Na nossa Comissão não vai passar. Com nomes, com caligrafia da pessoa que delatou, do dono de uma rede de farmácia. A importância da diligência... porque às vezes a gente vai pra buscar uma informação e no depoimento nós colhemos informações tão importantes a esta CPI, como foi o caso de Curitiba. E, Sr. Presidente, nos últimos dias eu tenho recebido, e hoje pela manhã gastei quase uma hora de telefone — Curitiba é região metropolitana — com

a denúncia de venda de cargas roubadas e medicamentos vencidos no Paraná. Isso, fruto da diligência que nós efetuamos lá no Paraná. Só para deixar claro aos Srs. Deputados que....

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, é uma colaboração que quero dar, Sr. Presidente, e vou encerrar...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Essa eu não posso adicionar, porque as denúncias ainda eu vou... Nesse fim de semana, na minha chegada em Curitiba, eu preciso tomar ciência dos papéis. Mas é só pra deixar claro aos Srs. Deputados a importância de nós nos dirigirmos a esses locais. Lá nós colhemos, no local, informações que são imprescindíveis pra nossa Comissão. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E foi essa a intenção quando propus o relatório do...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - O novo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...membro desta Comissão, Deputado Caropreso, publicamente, para que o Paraná e o Brasil tomem conhecimento do trabalho de V.Exas. e possa continuar contribuindo para os esclarecimentos daquilo que é objetivo da nossa Comissão. Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nada mais havendo, está convocada uma reunião reservada, de acordo com o requerimento aprovado, para terça-feira, às 14h, sem prejuízo de outras pautas que venham a ser decididas pela Presidência em função de outras deliberações da Comissão. Muito obrigado.